



*Homenagem a Profa. Dra. Ana Paula Mendes Cavalcanti*

GÊNERO E PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DAS MATRÍCULAS NAS ESCOLAS REGULARES

*Gender and students of special education: analysis of enrollments in regular schools*

Victoria Maria Brito de Oliveira<sup>1</sup>

Priscila Benitez<sup>2</sup>

Tamires Fernandes Almeida<sup>3</sup>

Pérola Juliana dos Santos Brito<sup>4</sup>

Érika David Suzuki Bueno<sup>5</sup>

**Resumo**

O estudo analisou a questão de gênero na Educação Especial e Inclusiva a partir da análise dos microdados do Censo Escolar 2019 e dos dados do Censo Demográfico de 2020, assim como de um estudo de caso em uma escola de uma cidade metropolitana do estado de São Paulo. Os resultados indicam predominância do público alvo da educação especial do sexo masculino em relação ao feminino nos bancos escolares. O estudo, com estes dados, reforçou as questões que envolvem o acesso e a continuidade da escolarização do sexo feminino com deficiência, considerando como preponderantes os aspectos culturais de gênero e os seus espaços de construção de identidade. Frente ao estudo que considera a perspectiva de gênero e que encontra melhores condições de inclusão para o gênero masculino comparado ao feminino, compreende-se a necessidade de construir na escola atual, uma conscientização crítica da importância dos estudos de gênero para uma educação mais inclusiva, que garanta os mesmos direitos a todos.

**Palavras-chave:** educação, inclusão escolar, gênero, feminino

**Abstract**

The present study analyzes the issue of gender in Inclusive Special Education based on to analyze microdata from the School Census 2019 and data from the Demographic Census 2020 and to conduct a case study in a school in a metropolitan city in the state of São Paulo. The results to show the predominance of the public for the special education of the male in relation to the female school banks stands out. Or study, with these data, reinforcing the issues that involve or access to the continuity of schooling for females with disabilities, considering the cultural aspects of gender and the serious spaces of

1 Graduada em Bacharelado em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal do ABC. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva da UFABC (GPPEI). E-mail: [victoria.oliveira@aluno.ufabc.edu.br](mailto:victoria.oliveira@aluno.ufabc.edu.br)

2 Professora adjunta da Universidade Federal do ABC E-mail: [priscila.benitez@ufabc.edu.br](mailto:priscila.benitez@ufabc.edu.br)

3 Especialista em Educação especial e inclusiva com ênfase em Altas habilidades e superdotação –UNESP. E-mail: tamiresf.almeida12@gmail.com

4 Especialização em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, FAPSS, Brasil. E-mail: neuropsicoperolabrito@gmail.com

5 Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva UNESP. E-mail: kinha\_suzuki@hotmail.com

Recebido em 30 de março de 2021

Aceito em 29 de outubro de 2021



*Mulheridades, Gênero e Educação: desenhando caminhos inclusivos!*

identity construction as preponderant. In the face of a study that considers the gender perspective and that finds the same conditions of inclusion for the male gender as compared to the female, it is understood the need to build in the present school a critical awareness of the importance of two gender studies for a more inclusive education, which guarantees will tell you everything.

**Keywords:** education, school inclusion, gender, feminine

## INTRODUÇÃO

O direito à educação escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotados tem sido pauta recorrente de discussão em diversas perspectivas, desde a matrícula na escola comum, até a garantia de políticas de permanência que garantam a oferta de serviços educacionais especializados, por profissionais qualificados na área da Educação Especial e Inclusiva, visando equalizar a distorção existente entre ano escolar e idade de tal público (Santos; Mendes, 2019). Assim, a inclusão escolar não deve ser entendida como apenas a efetivação das matrículas de tal público nas classes comuns de escolas regulares, deve ter implicações mais profundas, como a garantia de condições do acesso, permanência e sucesso acadêmico (Souza, 2011).

É inegável o aumento no número de matrículas nas escolas comuns do público-alvo da Educação Especial (PAEE), após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE (Brasil, 2008), o que retrata a importância de políticas educacionais inclusivas para universalização de direitos civis, políticos e sociais. Ao considerar que a PNEE (Brasil, 2008) está pautada na Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que por sua vez recupera os achados da Declaração Mundial de Educação para Todos (Unesco, 1990), é fundamental retomar as preocupações de gêneros apresentadas em seu Preâmbulo, no qual “mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário”, assim como “mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres são analfabetas, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento”.

Exposta esta reflexão e diante de dados do Censo Demográfico de 2010, que mostra que 25% do total de mulheres com deficiência na faixa etária de zero a 19 anos, não frequentavam creche ou escola, Pereira (2016) teve como objetivo de pesquisa buscar no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estudos defendidos nos últimos anos sobre a escolarização de pessoas com deficiência, segundo a variável sexo. Foram encontradas duas produções como resultados, são elas: Souza (2011) e França (2010), descritas a seguir.

A pesquisa de Souza (2011) teve como objetivo identificar e caracterizar o PAEE matriculado nas classes comuns do ensino regular da rede pública estadual em um município do interior paulista não informado. A meta foi verificar a ocorrência de matrículas no Ensino Fundamental e Médio, além da sua classificação em categorias como gênero, idade, ano escolar, etapas da educação básica e serviços de apoio pedagógico especializado recebidos. Para tanto, foi realizada consulta em documentos oficiais (registros escolares) disponibilizados pela Diretoria Regional de Ensino e do Ministério da Educação (MEC). Os dados foram coletados no período de 2005 a 2009, exceto 2007, já que não havia documentação referente a esse ano. Segundo a autora, verificaram-se irregularidades nos registros, sendo que, somente nos anos de 2008 e 2009 é que os documentos apresentavam maiores informações (gênero, idade, séries e etapas da educação básica, etc). Os resultados indicaram que, nos anos de 2005



e 2006, foram matriculados 907 alunos no município em questão. Já nos anos de 2008 e 2009 foram 1.416 matrículas nas classes comuns. A maioria dos alunos foi identificado com deficiência intelectual pelas escolas, havendo predomínio do gênero masculino e com idade entre 6 e 10 anos. Em segundo lugar prevaleceram os alunos identificados com transtornos globais do desenvolvimento (14,6% dos matriculados em 2008 e 27,9% em 2009). Ainda foram identificados 10 alunos com altas habilidades/superdotação. Quanto às etapas da educação básica, a maioria frequentava as séries iniciais do Ensino Fundamental (63% em 2008 e 59,3% em 2009), enquanto 28,5% cursavam as séries finais e uma minoria o Ensino Médio (8,5% em 2008 e 12,2% em 2009). Dentre as categorias, em 2008, o grupo de alunos mais representativo em termos de acesso ao Ensino Médio foi daqueles identificados com deficiência física. Em relação ao serviço de apoio pedagógico especializado, 3,6% dos alunos receberam suporte do serviço itinerante e 14% na sala de recurso, em 2008, enquanto no ano seguinte, 22,6% foram atendidos na sala de recurso e não houve registro do serviço itinerante. A análise dos dados indica que, apesar do aumento das matrículas no ensino público regular, esse número se mostra inexpressivo se comparado à porcentagem de 14,5% da população com alguma deficiência, conforme dados apontados pelo MEC. A autora concluiu, portanto, que a rede pública estadual estudada, apesar de ter promovido o acesso, não garantiu os serviços educacionais especializados necessários, comprometendo assim o atendimento educacional e a permanência dos alunos na escola.

França (2010), por sua vez, teve como objetivo investigar a implicação das deficiências sobre o atendimento, atraso e progressão escolar no Ensino Fundamental. Para tal foi feita uma análise dos dados do Censo para traçar um perfil populacional brasileiro. Os resultados identificaram predominância do sexo masculino entre as deficiências decorrentes de fatores externos como trabalho e acidentes e maior incidência feminina, dentro das categorias de deficiência decorrentes da maior longevidade, como dificuldade para enxergar. Achados de grande importância para compreender o perfil populacional, contudo ainda embrionários para conclusões acerca interferência das variáveis sexo e deficiência sobre os elementos educacionais investigados.

De maneira geral, os achados de Pereira (2016) identificaram um número reduzido de estudos quantitativos (n=2) a respeito da escolarização de alunos com deficiência em relação ao sexo, o que dificultou análises mais apuradas sobre se o direito de acesso às oportunidades escolares está sendo garantido às meninas com deficiência.

França (2010) discute os diferentes conceitos de deficiência, tratamento social e também as diferentes formas de registro que são feitas das deficiências. A partir do Censo 2000, o autor explicou que foi definido um perfil populacional, por idade e sexo, nas diferentes categorias de deficiência e, por meio destes dados são feitas as análises do atendimento, atraso e progressão escolar. Na progressão escolar, de forma geral, fica evidente o não favorecimento da continuidade da carreira escolar. A pesquisa aponta que homens e mulheres apresentam distintas deficiências ao longo da vida, devido a estrutura populacional etária e a distribuição de papéis sociais, porém referindo-se à escolarização de pessoas com deficiência, o mesmo não ocorreria, pois, a diferença de sexo apresentou baixa interferência nos elementos educacionais investigados.

A distorção entre ano escolar e idade também foi identificada no estudo de Santos e Mendes (2019), ao analisar os dados do Censo Escolar de 48 cidades paulistanas, entre os anos de 2008 até 2014 de estudantes com e sem deficiência, transtorno ou altas habilidades/superdotação. As autoras concluíram entrada tardia do PAEE na educação infantil e concentração alta de distorção desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Em relação aos estudantes com altas habilidades/superdotação, Neumann (2018) investigou a



relação entre gênero e tal público-alvo. Após análise bibliográfica, apenas três atenderam aos critérios de desigualdade de gênero. Além disso, os dados evidenciaram baixa participação do gênero feminino nas salas de recursos. Questões relacionadas às barreiras atitudinais, como a crença da inteligência inata no gênero masculino, em relação ao feminino, mantêm a heteronormatividade, sustentada desde o século XVI, cujo papel da mulher é atribuído apenas para questões familiares e maternidade.

Mochi e Maio (2014) investigaram o número discrepante entre meninos e meninas com AH/SD matriculados na sala de recursos. A problemática se deu na influência exercida dos papéis de gênero no instante da identificação, pois as avaliadoras não perceberam em si ou nas identificadas, atributos ou traços de potencial elevado, causadas pelas construções históricas de gênero construídas pela família, escola e Estado. De um total de 126 matrículas, 101 eram de meninos e 21 de meninas. Nesse contexto, Ogeda, Pedro e Chacon (2017) explicaram que as questões de gênero podem trazer desafios para o desenvolvimento das identidades pessoais e potencialidades das referidas alunas, além de dificultar o acesso ao Atendimento Educacional Especializado.

De maneira geral, pode-se entender que as questões relacionadas à desigualdade de gênero têm sido construídas sócio historicamente e prejudicam a construção da identidade e de desenvolvimento da mulher, sobretudo das meninas superdotadas, por conta das exigências quanto à formação de família e maternidade para elas e a concepção de masculinidade preconcebida. Concluiu-se que é necessária a discussão de gênero, sobretudo na educação em geral e na Especial, pois a sociedade precisa se conscientizar que, independentemente de quem sejam, devem ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento intelectual e social (Neumann, 2018).

Mediante tal contexto, o presente estudo teve como objetivo mapear as matrículas de estudantes PAEE, em função do gênero no Ensino Médio, a partir da análise dos microdados do Censo Escolar, assim como identificar por meio de um estudo de caso, em uma escola pública do estado de São Paulo, o número de estudantes com deficiência visual matriculados na sala de recursos e a transição para o contexto universitário, caracterizando-os em função da idade e gênero.

## **PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

Metodologicamente, a pesquisa pautou-se em uma revisão de literatura para analisar microdados do Censo Escolar e dados do Censo Demográfico de 2020 e do Censo Escolar de 2019 e para realização de um estudo de caso em uma escola de uma cidade metropolitana do estado de São Paulo. Neste estudo, foram levantados dados dos alunos do terceiro ano do ensino médio dos anos de 2008 a 2020, em relação ao gênero, matrícula na sala de recursos, conclusão

### **1. Análise dos microdados do Censo Escolar**

Foram analisados a partir dos microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos anos de 2008 e 2020 a partir das tabelas de dimensão nacional e regional. Além disso, buscou-se a quantidade total de alunos e quantidade de alunos no Ensino Médio regular, buscando similaridade na categoria de alunos do estudo de caso.



2. Análise dos dados do Censo Demográfico de 2020 e do Censo Escolar de 2019

Foram também analisados os dados do Resumo técnico do Censo da Educação Básica 2019 e do Censo Demográfico 2020 para realizar a análise de gênero nesse contexto maior e discutir em relação aos dados coletados na Fase posterior do estudo de caso.

3. Estudo de caso

A partir da revisão teórica de artigos, foi realizado um estudo de caso em uma escola do estado de São Paulo, situada em uma cidade metropolitana. Neste estudo, foram levantados dados dos alunos do terceiro ano do ensino médio dos anos de 2008 a 2020, em relação ao gênero, matrícula na sala de recursos, conclusão do Ensino Médio e a transição para Universidade.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os dados dos estudos foram coletados em uma perspectiva mais ampla, em relação ao nível nacional e regional, em relação ao Sudeste e aos anos de 2008 e 2020, para posteriormente estabelecer um diálogo entre os dados coletados e o estudo de caso que está situado em uma cidade metropolitana do estado de São Paulo (região Sudeste), com a implementação de uma sala de recursos no ano de 2008 até os dias atuais. Portanto, o ano de 2008 para análise dos microdados foi definido para que fosse possível dialogar com os dados do estudo de caso, enquanto o ano de 2020 foi referente aos dados mais atuais disponibilizados para consulta. Assim, a Tabela 1 mostra o número de matrículas de estudantes com deficiência no Ensino Médio, por gênero, em relação à região Sudeste e ao estado de São Paulo.

Tabela 1. Análise dos microdados referentes aos anos de 2008 e 2020, em relação à matrícula dos estudantes com deficiência no Ensino Médio

<i>Brasil</i>	<b>Total</b>	<b>2008</b>		<b>Total</b>	<b>2020</b>	
		<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>		<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
Sudeste	31	20	11	47	27	20
São Paulo	16	11	5	2	0	2
<i>Sudeste</i>	-	-	-	-	-	-
Sudeste	*	*	*	28.297	19.045	9.252
São Paulo	*	*	*	20	12	8

\* não foi possível abrir os dados da Tabela fornecida da região Sudeste na análise dos microdados do ano 2008.

Fonte: Microdados- Censo Escolar 2008 e 2020- <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar> . Acesso em 17/03/2021



A Tabela 2 mostra a mesma análise da Tabela 1, porém específica ao terceiro ano do Ensino Médio. Mediante os dados da Tabela 1 é possível já identificar uma concentração de matrículas de estudantes com deficiência do gênero masculino, em relação ao feminino, em termos proporcionais entre os anos de 2008 e 2020. As Tabelas 1 e 2 apresentam a discrepância entre os dados fornecidos regionalmente e nacionalmente, dentro do mesmo documento e ano.

Tabela 2. Análise dos microdados referentes aos anos de 2008 e 2020, em relação a matrícula dos estudantes com deficiência no terceiro ano do Ensino Médio

Brasil	Total	2008		Total	2020	
		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino
Sudeste	0	0	0	1	0	1
São Paulo	0	0	0	2	1	1
Sudeste	-	-	-	-	-	-
Sudeste	*	*	*	355	208	147
São Paulo	*	*	*	5	3	2

\* não foi possível abrir os dados da Tabela fornecida da região Sudeste na análise dos microdados do ano 2008.

Fonte: Microdados- Censo Escolar 2008 e 2020- <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar> . Acesso em 17/03/2021

A partir da análise do documento: “Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência”, elaborado pelo Ministério da Saúde (maio de 2019), é visto um breve relato acerca dos dados sobre a população com deficiência no Brasil em 2010 (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, com as porcentagens de pessoas com deficiência no Brasil, analisando por deficiência intelectual, deficiência física, deficiência auditiva e deficiência visual. Segundo os dados apresentados no documento, em 2010 por grau de dificuldade das pessoas com deficiência (não consegue de modo algum; com grande dificuldade, apresentam alguma dificuldade), 4.196.539 pessoas não conseguem de modo algum, 10.963.109 pessoas, apresentam grande dificuldade e 45.617.878 pessoas apresentam alguma dificuldade.

Os dados revelam também, a frequência de pessoas com deficiência por modalidade e graus de dificuldade. Na deficiência visual: não consegue de modo algum, 506.377, grande dificuldade 5.465.219 e apresentam alguma dificuldade 29.211.482. Na deficiência auditiva: não consegue de modo algum 344.205, com grande dificuldade 1.798.149 e apresentam alguma dificuldade 7.574.149. Na deficiência física, os dados mostram: não consegue de modo algum 734.420, apresentam grande dificuldade 3.698.926, com alguma dificuldade 8.832.247. Na deficiência intelectual aparece a classificação apenas: “não consegue de modo algum” com um total 2.611.537 de frequência (Brasil, 2019).

Nos dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) - 2013, foi estimado 200,6 milhões de pessoas em domicílios particulares e desse total 6,2 % apresentava pelo menos uma das quatro deficiências, sendo 0,8% a prevalência de deficiência intelectual, destes, 0,5% da população apresentava deficiência intelectual desde o nascimento e 0,3% adquiriu devido a doença ou acidente,





os dados também mostram a porcentagem em cada região do Brasil, sendo elas: Norte (0,7%), Nordeste (0,9%), Sudeste (0,7%), Sul (0,7%), Centro- Oeste (0,7%) e do total, 0,9% das pessoas com deficiência intelectual são do gênero masculino e 0,7% são do gênero feminino.

Na deficiência auditiva, os dados revelam a prevalência de 1,1% da população com deficiência, sendo na região Norte (0,8%), Nordeste (1,1%), Sudeste (1,1%), Sul (1,4%) e Centro Oeste (1,0%). Estes dados não apresentaram a classificação por gênero. Na deficiência física, a prevalência é de 1,3% da população com deficiência, sendo 0,3% quem nasceu com a deficiência física e 1,0% corresponde a quem adquiriu devido à doença ou acidente. Os dados são colocados por região, onde é destacado: nasceram com deficiência física 0,3 % (Norte), 0,4% (Nordeste), 0,2% (Sudeste), 0,2% (Sul) e 0,4% (Centro Oeste). Adquiriram a deficiência física: 0,8% (Norte), 1,3% (Nordeste); 0,9% (Sudeste), 1,0% (Sul) e 1,1% (Centro Oeste), não são apresentados os dados por gênero.

Segundo os dados do Censo (Brasil, 2019), na deficiência visual a prevalência é 3,6% da população com deficiência, destes, 3,3% adquiriram a deficiência por doença ou acidente e 0,4% possuíam desde o nascimento, os dados também mostram a porcentagem em cada região: Norte (3,0%), Nordeste (3,4%), Sudeste (3,2%), Sul (5,9%) e Centro Oeste (3,3%), também não é apresentada a classificação por gênero.

É destacado no documento um recorte da Lei Brasileira da Inclusão (LBI – Brasil, 2018) e também os desafios e expectativas para o Censo 2020. A partir da análise, pode-se ressaltar a necessidade de os dados revelarem a classificação por gênero, assim como pelo conceito de público com deficiência conforme a LBI, para que as políticas públicas possam ser desenvolvidas cada vez mais próximas ao contexto de cada público e das múltiplas realidades de cada gênero.

Segundo os dados do Resumo técnico do Censo da Educação Básica de 2019, no resumo técnico apresentado no site do INEP, o número de matrículas da Educação Especial em 2019 chegou a 1,3 milhão, comparado ao ano de 2015, houve um aumento de 34,4%. A concentração maior do número de matrículas está no Ensino Fundamental, que concentra 70,8% da Educação Especial. No levantamento em que foi avaliado o aumento no número de matrículas entre 2015 e 2019, pode-se perceber que no Ensino Médio foi o período que obteve maior crescimento, chegando a 91,7%.

Nos Anos Iniciais, em 2015 foram registradas 453.593 matrículas, em 2016 o número aumentou para 461.519; um crescimento de 7.926 matrículas de um ano para o outro. Em 2017, o número de matrículas foi para 487.540, chegando a 513.079 em 2018, um crescimento de 25.539 de matrículas. No ano de 2019, o número de matrículas na Educação Especial nos Anos Iniciais chegou a 536.169, tendo um aumento do ano anterior de 23.090.

Na Educação Infantil o número de matrículas da Educação Especial em 2015 foi de 65.757, chegando a 69.784 em 2016, com crescimento para 79.749 em 2017, 91.394 em 2018 e chegando em 2019 com 107.955 no número de matrículas.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, segundo os dados apresentados, em 2015 foram 229.074 de matrículas na Educação Especial, chegando a 248.286 em 2016, aumentando para 280.820 em 2017, no ano de 2018 chegaram a 324.914 e em 2019 foi para 349.592 o número de matrículas. No Ensino Médio, os dados levantados apontam em 2015 65.757 no número de matrículas para Educação Especial, chegando em 2016 a 69.784, aumentando para 79.749 em 2017, em 2018 foi para 91.394 e, de acordo com os dados para 2019, o número ficou em 107.955. Na Educação de Jovens e Adultos o número de matrículas para a Educação Especial apontou os seguintes dados: em 2015 o número foi de 114.905, em 2016 chegou a 113.825, em 2017 foi para 120.515, ficando com 130.289 em 2018 e tendo uma queda para 126.438 em 2019 o número de matrículas.



Os dados levantados do Censo da Educação Básica, apresentado no site do INEP, entre 2015 e 2019, para o número de matrículas de alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo etapa de ensino Brasil, mostrou que houve um aumento gradual em classes comuns para quase todas as etapas de ensino, com exceção da Educação de Jovens e Adultos. As outras etapas da Educação Básica apresentaram mais de 89% de alunos incluídos em classes comuns em 2019. A proporção maior de alunos incluídos foi observada no Ensino Médio e na Educação Profissional concomitante ou subsequente, que apresentou uma inclusão superior a 99%. O aumento maior na proporção de alunos incluídos foi observado na Educação Infantil, em que ocorreu um acréscimo de 10,8 entre 2015 a 2019. Os dados mostram na Educação Infantil em 2015, 81,0 de alunos incluídos, em 2016 foram 84,2, chegando a 86,8 em 2017, aumentando para 88,9 em 2018 e ficando com 91,8 em 2019.

No Ensino Fundamental, em 2015 o número de alunos incluídos era de 84,5, chegando a 85,5 em 2016, tendo um aumento para 2017, chegando a 87,0, indo para 88,5 em 2018 e chegou a 89,4 em 2019. Na Educação de Jovens e Adultos, os números de alunos inclusos em 2015 era de 47,7, passou para 47,2 em 2016, aumentando para 51,9 em 2017, subindo para 55,3 em 2018 e ficando com 55,4 em 2019. Os alunos incluídos em classes comuns na etapa de Ensino Brasil entre 2015 a 2019, para matrículas de alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades ou Superdotação, apresentam os dados, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta Quatro, refere-se à Educação Especial Inclusiva para a população de 4 a 17 anos.

Alunos matriculados em classe comum com AEE (Atendimento Educacional Especializado) apresentaram 37,4% em 2015, subindo para 39,3% em 2016, chegando a 40,1% em 2017, caindo para 40,0% em 2018 e aumentando novamente para 40,8% em 2019. O percentual de alunos em classe comum em AEE obteve 51,0% em 2015, caindo para 50,2% em 2016, ficando com 50,8% em 2017, aumentando para 52,1% em 2018 e tendo uma queda no percentual, ficando com 52,0% em 2019. Nas classes especiais os números apresentados de alunos incluídos em 2015 foram de 11,6, caindo para 10,5% em 2016, 9,1% em 2017, 7,9% em 2018 e concluindo os dados em 2019 com 7,2%. Ao analisar os dados de oferta de educação Inclusiva por dependência administrativa, os dados apresentam na rede estadual com 96,7% e na municipal com 95,9% no percentual de alunos. Na rede privada, a situação se apresenta diferente do total de matrículas da Educação Especial: enquanto são 196.662 matrículas na Educação Especial, somente 76.874 (39,1%) estão em classes comuns. Os dados mostram um total de 1.090.805 no número de matrículas, sendo 4.904 para Federal, 354.840 para Estadual, 654.187 para Municipal e 76.874 para a rede Privada. Na classe especial os dados mostram um total de 160.162 de matrículas, as quais 491 são para Federal, 11.926 para Estadual, 27.957 na rede Municipal e 119.788 na rede Privada.

A Tabela 3 se refere aos dados coletados do estudo de caso, cuja análise foi feita desde o início da sala de recursos na instituição escolar, no ano de 2008, até o ano de 2020. O levantamento incluiu tanto as matrículas nas classes comuns, como na sala de recursos, considerando aqueles que concluíram o Ensino Médio e ingressaram na Universidade, tendo como análise o recorte de gênero.





Tabela 3. Número de matrículas na sala de recursos, classe comum, conclusão no Ensino Médio e Ingresso na Universidade dos estudantes com deficiência visual do estudo de caso.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS (Sala de Recursos em Deficiência Visual) Conclusão EM		HOMENS		MULHERES	
			Conclusão EM	Ingresso Universidade	Conclusão EM	Ingresso Universidade
2008	<b>Total: 16</b>		01	Sim	/	/
	M – 06 (13-22 anos)	H – 10 (13-52 anos)				
2009	<b>Total: 13</b>		01	Não	01	Não
	M – 05 (16-51 anos)	H – 08 (14-28 anos)				
2010	<b>Total: 17</b>		/	/	/	/
	M – 05 (18-52 anos)	H – 12 (08-21 anos)				
2011	<b>Total: 16</b>		/	/	/	/
	M – 05 (19-51 anos)	H – 11 (11-58 anos)				
2012	<b>Total: 16</b>		/	/	/	/
	M – 05 (12-28 anos)	H – 11 (10-19 anos)				
2013	<b>Total: 18</b>		/	/	/	/
	M – 06 (13-29 anos)	H – 12 (11- 21 anos)				
2014	<b>Total: 15</b>		/	/	/	/
	M – 05 (12-30 anos)	H – 10 (12-22 anos)				
2015	<b>Total: 16</b>		/	/	/	/
	M – 06 (08-23 anos)	H – 10 (12-20 anos)				
2016	<b>Total: 09</b>		01	Sim	/	/
	M – 03 (14-24 anos)	H – 06 (11-21 anos)				
2017	<b>Total: 13</b>		/	/	/	/
	M – 06 (15-25 anos)	H – 07 (12-22 anos)				
2018	<b>Total:17</b>		01	Não	01	Não
	M – 06 (16-26 anos)	H – 11 (06-20 anos)				
2019	<b>Total: 13</b>		01	Sim	01	Não
	M – 04 (17-22 anos)	H – 09 (07-21 anos)				
2020	<b>Total: 15</b>		02	Não	03	Não
	M – 06 (16-21 anos)	H – 09 (08-18 anos)				

Fonte: Registros escolares da instituição analisada.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade mapear as matrículas de estudantes PAEE, em função do gênero no Ensino Médio, a partir da análise dos microdados do Censo Escolar, assim como identificar por meio de um estudo de caso, em uma escola pública da região metropolitana do estado de São Paulo, o número de estudantes com deficiência visual matriculados na sala de recursos e a transição para o contexto universitário, caracterizando-os em função da idade e gênero.

Os dados deste estudo corroboram a análise de Souza (2011), em relação ao predomínio do sexo masculino entre as matrículas do PAEE nos anos de 2008 e 2009, analisados pela autora. Dispondo dos dados obtidos, projeta-se a perspectiva de gênero brasileira no PAEE em que globalmente 43,41% do perfil dos alunos descritos são do sexo feminino. A partir desta visão panorâmica, o estudo de caso aponta cerca de 38,15% dos alunos pertencem ao sexo feminino, logo, analisando matematicamente os Microdados fornecidos pelo INEP e o estudo de caso nota-se similaridade, evidenciando a representação masculina.

Juntamente os dados mostraram que, com exceção da deficiência múltipla, que foi caracterizada como prioritariamente feminina (no caso, 61% das alunas do sexo feminino e 39% do sexo masculino), nos demais público-alvo da Educação Especial (deficiência intelectual, visual, auditiva, física, transtorno global do desenvolvimento, condutas típicas, autismo e altas habilidades/superdotação) prevaleceram, maior número de matrículas de alunos do sexo masculino.

A Educação Especial é uma modalidade transversal que vem sendo amplamente discutida e apesar dos avanços normativos para a legitimação desta, ainda expõe a distinção sexual em sua aplicação. O estudo analisou as matrículas dos alunos, sendo uma das particularidades da questão do processo inclusivo, que se refere ao primeiro passo, no caso o acesso e matrícula.

Assim, fica evidente a necessidade de trabalhar questões relacionadas a gênero na educação de modo geral e na Educação Especial, para construir nesta modalidade a legitimação da diversidade que fundamenta o desenvolvimento pleno do sujeito, independente do gênero. Para isso, é preciso superar a discriminação contra mulheres, num movimento de resistência e luta que vai em direção contrária aos padrões sociais que constroem a desigualdade de gênero, tendo como princípio o acolhimento de todas as formas de singularidades.

## REFERÊNCIAS

- Brasil, Ministério da Saúde (2019). Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/cinthia-ministerio-da-saude>.
- Franca, T.H. (2010). Deficiência e escolarização no Brasil: um estudo acerca do atendimento, atraso e progressão escolar dos deficientes segundo o Censo 2000. [dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG.



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2021). Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2020. Censo Escolar. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em 17/03/2021.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2008. Censo Escolar. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em 17/03/2021.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). Resumo Técnico. Censo da Educação Básica 2019. [http://Portal.Inep.Gov.Br/Informacao-da-publicacao/-/Asset\\_publisher/6jyisgmamkw1/Document/Id/6874720](http://Portal.Inep.Gov.Br/Informacao-da-publicacao/-/Asset_publisher/6jyisgmamkw1/Document/Id/6874720). Acessado em: 19/03/2021

Neumann, P. Desigualdade de gênero e altas habilidades/superdotação. Revista Diversidade e Educação, v.6, n.2,p. 62-70, Jul./Dez. 2018.doi: 10.14295/de.v6i2.8396.

Pereira, M. (2016, 04 de agosto). Direito à Educação: Meninas com Deficiência. *JORSEN Journal of Research in Special Educational Needs*, n. s1, v. 16, p. 389-293.

Souza, P. M. (2011). Identificação e caracterização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular, na rede pública estadual, em município do interior paulista. Dissertação de Maestría, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidad de São Paulo, Ribeirão Preto. doi:10.11606/D.59.2011.tde-25102011-124249.

